

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2009

1

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990	Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2009	Emenda nº 1 – CMA e Retificação da Ementa
		Retificação da Ementa (CMA)
	Altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente.	Altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de quinze dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente, e dá outras providências.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
		EMENDA Nº 1 – CMA Dê-se ao art. 1º do PLS nº 189, de 2009, a redação abaixo:
	Art. 1º O parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 1º O art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.	“ Art. 42.	“ Art. 42.
Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.	Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, no prazo de cinco dias contados a partir do recebimento da solicitação pelo fornecedor, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável. (NR)”	§ 1º O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, no prazo de quinze dias contados a partir do recebimento da solicitação pelo fornecedor, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.
		§ 2º No caso de descumprimento do prazo fixado neste artigo, o montante calculado na forma do § 1º será acrescido de multa de dez por cento.” (NR)
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	